

MEMÓRIA E SUAS FACES: O ENCONTRO EM MAURICE HALBWACHS E A LEGITIMAÇÃO EM JAMES FENTRESS E WICKHAM

MEMORY AND ITS FACES: the meeting in Maurice Halbwachs and the legitimation in James Fentress and Wickham

Paloma Israely Barbosa de Sá¹
Leilah Santiago Bufrem²

Resumo: Identifica a memória como ponto de referência que carrega consigo múltiplos entendimentos e contextualização. Objetiva analisar os conceitos de memória coletiva e memória social a partir das concepções de Maurice Halbwachs, James Fentress e Chris Wickham como autores seminais do campo a fim de consolidar um entendimento de memória para a Ciência da Informação. Tem como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica quanto aos meios, descritiva quanto aos objetivos e utiliza da análise de conteúdo para coleta de dados. Apresenta como resultados um quadro comparativo das concepções teóricas dos autores seminais. Conclui que a memória coletiva se refere ao encontro de memórias e sujeitos, enquanto a memória social diz respeito à legitimação da memória na sociedade.

Palavras-Chave: Memória coletiva. Memória social. Maurice Halbwachs. James Fentress. Chris Wickham. Ciência da Informação.

Abstract: *It identifies memory as a point of reference that carries with it multiple understandings and contextualization. It aims to analyze the concepts of collective memory and social memory from the conceptions of Maurice Halbwachs, James Fentress and Chris Wickham as seminal authors in the field in order to consolidate an understanding of memory for Information Science. Its methodological path is bibliographical research in terms of means, descriptive in terms of objectives, and uses content analysis for data collection. It presents as results a comparative table of the theoretical conceptions of the seminal authors. It concludes that collective memory refers to the meeting of memories and subjects, while social memory refers to the legitimation of memory in society.*

Keywords: *Collective memory. Social memory. Maurice Halbwachs. James Fentress. Chris Wickham. Information Science.*

¹ Doutora em Ciência da Informação (UFPE). Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, CE. E-mail: paloma_juazeiro@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2070-8893>.

² Doutora em Ciências da Comunicação (USP). Vínculo Institucional. E-mail: santiagobufrem@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3620-0632>.

1 INTRODUÇÃO

Memórias são pontos de referência (Azevedo Netto, 2005) carregam consigo entendimentos múltiplos e contextualizações diversas. Como objeto de estudo têm permeado discussões em áreas distintas do conhecimento, partindo, sobretudo, das Ciências Humanas e Sociais, instigando ao longo do tempo pesquisadores interessados em compreendê-la em sua totalidade ou em aspectos específicos.

Embora o conceito de memória já tenha sido explorado por autores representativos de uma diversidade de referenciais teóricos e concepções, a escolha por interpretá-lo como um fenômeno social, de expressão tanto individual quanto coletiva, se dá pelo fato de que a memória é um dos fatores que orienta o indivíduo nas suas relações com o outro e com o meio em que vive, sendo imprescindível considerá-la para o entendimento das ações e interações humanas. É a memória que, através de processos sociais de construção e compartilhamento da informação, fornece elementos que fundamentam a composição do tecido social, nos diferentes espaços e tempos. Dessa forma, a memória apresenta uma importante relação com a Ciência da Informação (CI), podendo ser considerada um dos seus alicerces, uma vez que este campo do conhecimento tem como objetivo o estudo da informação, a qual é produzida com a finalidade de preservar e compartilhar elementos tidos como de relevância social.

Ao ter como uma de suas características a manutenção de registros informacionais, a CI acaba por se aproximar de aspectos inerentes à memória. O termo memória é acompanhado de diversas qualificações que complementam, especificam e até delimitam a discussão, ou direcionam o olhar sobre o fenômeno estudado. Conforme Oliveira e Rodrigues (2011), dois desses complementos unidos ao termo memória são comumente utilizados na área, formando: memória

coletiva e memória social. Vale salientar que as autoras não consideram estes termos os mais utilizados em pesquisas sobre memória na área, embora eles sejam os destaques nesta pesquisa.

Acredita-se que estas duas expressões, memória coletiva e memória social, representam concepções distintas, referindo-se a realidades diferentes, mas que são percebidas pouca clareza no seu entendimento pela proximidade no imaginário popular. É preciso, em primeiro lugar, compreender o que viria a ser memória e seu papel, para então evidenciar e discutir a atribuição de termos estruturantes ao termo substantivo, os quais são o mote desse estudo: memória coletiva e memória social.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar os conceitos de memória coletiva e memória social a partir das concepções de Maurice Halbwachs, James Fentress e Chris Wickham considerados aqui como autores seminais do campo. Para isso, tem como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica quanto aos meios, descritiva quanto aos objetivos e utiliza da análise de conteúdo para compreensão dos dados coletados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pode-se afirmar que a percepção de memória acompanha a ideia de buscar a perpetuação do conhecimento humano, podendo-se falar que os registros informacionais também são registros memorialísticos, como diria Galindo (2015, p. 77) que opta em seus estudos por “nominar a informação registrada pelo genérico de memória”.

A memória é um olhar do presente sobre passado, seletivo e condicionado por grupos que a disputam. Por isso, pode-se dizer que existem memórias, no plural. Ou seja, numa mesma sociedade ou grupo várias narrativas, inclusive

antagônicas, podem coexistir. Além disso, a memória sobre o passado também muda, dependendo de quem tem o poder da narrativa daquele momento.

A memória pode ser produto do entrecruzamento de diversas disciplinas, constitui-se de um território polissêmico. Comporta diversos sentidos, varia conforme a disciplina ou o pensador que dela se ocupe. “Devido a polissemia do conceito, a própria distinção entre memória individual, coletiva e social se torna um problema” (Gondar, 2008, p. 1).

Partindo dessas colocações, pode-se dizer que os sentidos aplicados ao entendimento do que seria memória dependem, assim como qualquer expressão, da área de atuação dos sujeitos que dela se apropriem. Além disso, também se torna pertinente observar os adjetivos ou elementos estruturantes que acompanham este termo, uma vez que possibilitam direções e olhares diversos sobre o fenômeno, como memória coletiva e memória social, os quais são explorados neste estudo.

2.1 MEMÓRIA COLETIVA: O ENCONTRO EM HALBWACHS

O termo coletivo vem do Latim *collectivus*, de *collectus*, particípio passado de *colligere*, “reunir junto”, formado por *com*, “junto”, mais *legere*, “juntar, reunir”. Coletivo, portanto, abrange ou compreende muitas pessoas. Pode-se inferir que o adjetivo coletivo fundamenta a ideia de algo que só acontece quando se tem mais de um indivíduo, quando se junta, quando há de alguma maneira o encontro.

Halbwachs (2013) argumenta sobre o costume de recorrer a testemunhos quando se deseja reforçar ou enfraquecer uma ideia, assim como também para completar informações sobre um evento ou fato em que algumas circunstâncias permaneçam obscuras. Esses testemunhos são memórias do outro ou de outros que conferem sentido ao encontrar a memória própria do indivíduo.

Para o autor, memória é referência e construção. Ora, se os testemunhos são insumos para se obter a memória, esta é fruto de um diálogo entre referências e construções. Referência é o ato ou efeito de referir ou narrar por palavras, é também um relacionamento entre objetos em que um se conecta a outro. E é essa ação de conectar que faz com que se construa um novo, considerando este um objeto mais completo. Nessa medida, o encontro de testemunhos resulta na tentativa de completude de um objeto a fim de formar uma memória concreta, ao alcance ainda que não se possa tocar. Halbwachs exemplifica:

[...] Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se tivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências (Halbwachs, 2013, p. 29).

Essa referência composta de testemunhos une passado e presente. Não é o fato ou evento em si, mas uma representação dele que dialoga com as novas percepções e estas chegam à medida em que novos eventos vão ocorrendo. Construção e reconstrução se fazem em constância, uma vez que construir é juntar partes para produzir, formar ou fazer existir, e a memória é um constante desenvolvimento.

O desenvolvimento da memória se faz com fragmentos de lembranças cujo objetivo esbarra no reconhecimento. Apesar de poder encontrar divergências, a memória se alimenta do essencial de dois mundos, em outras palavras, “[...] os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós” (Halbwachs, 2013, p. 30).

Todavia, é importante destacar que “Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível (Halbwachs, 2013, p. 31).

Objetos inanimados, lugares e acontecimentos podem ser referenciais para essa lembrança vir à tona, para confirmação de um pensamento e sobretudo, para a construção de uma memória. Testemunhos não necessariamente precisam ser ouvidos de forma literal. Além disso, esses processos estão dentro de uma lógica de “negociação” entre membros de um determinado grupo ou de grupos relacionados.

Há uma constante disputa entre a lembrança e o esquecimento. Conforme Halbwachs (2013, p. 39), “[...] por um lado os testemunhos dos outros serão incapazes de reconstituir a lembrança que apagamos, e por outro, aparentemente sem o apoio dos outros nos lembraremos de impressões que não comunicamos a ninguém”. Nesse sentido, não se pode lembrar de tudo, já alertava Jorge Luis Borges (1969)³ em seu conto “Funes, o Memorioso”, em que a personagem principal lembrava de cada detalhe passado ou vivido, mas a partir de determinado momento o presente deixou de ser registrado; não havia espaço suficiente, tal qual um Disco Rígido (conhecido como HD), por mais “memória” que tenha, não comporta registros infinitos. É preciso recorrer ao apagamento ou esquecimento em alguma medida.

Diehl (2002, p. 114) afirma que “A nossa capacidade de lembrar de algo é a mesma capacidade de esquecer”. Para o autor, lembrança e memória são elementos distintos: lembrança é apresentada como “vivências fragmentadas, como rastros e restos de experiências perdidas no tempo, como pegadas do passado, praticamente impossíveis de serem atualizadas historicamente” (Diehl, 2002, p. 116); enquanto a memória significa experiências consistentes, ancoradas no tempo passado de forma facilmente localizável. No entanto, a memória “sofre de uma fraqueza, que é o seu desgaste ao longo do tempo” (Diehl, 2002, p. 116).

³ BORGES, Jorge Luís. Funes, o Memorioso. In: BORGES, Jorge Luís. **Ficções**. Porto Alegre: Globo, 1969.

Apagamento e esquecimento não são sinônimos, mas essas questões não serão discutidas neste trabalho. Pretende-se aqui destacar a disputa entre o que se mantém e se descarta no que diz respeito à memória. É sabido que as lembranças, não registradas em outro suporte que não na memória, são passíveis de uma espécie de descarte natural uma vez que não se apaga intencionalmente, assim como não se lembra dos mínimos detalhes ou do que se deseja de imediato. Para isso, são necessários gatilhos que estimulem de modo intencional ou não uma lembrança.

Acerca desses gatilhos, Halbwachs (2013) comenta que a memória dos outros pode contribuir para que se desperte ou se reorganizem as próprias memórias. Todavia, os testemunhos dos outros não são por si só suficientes para essa construção; é preciso que haja uma base comum entre si e o outro.

[...] Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. [...] É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (Halbwachs, 2013, p. 39).

Esta memória, no sentido supracitado, evidencia o que se entende por memória coletiva. Para Halbwachs (2013, p. 41), “[...] se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora quando o recordamos, do ponto de vista desse grupo”. A memória coletiva seria, portanto, aquela em que se unem as lembranças de um indivíduo em diálogo com um grupo a partir de perspectivas em comum resultantes na evocação e reconstituição de certo fenômeno.

Evocação e reconstituição são os movimentos internos e externos no processo de revelação da memória. Evocar é trazer à tona os fatos e acontecimentos que de alguma maneira estavam perdidos na mente. Reconstituir é formar de novo, reorganizar e até completar com outros fragmentos uma cena. Evocar e reconstituir são atos de rememoração capazes de construir uma memória.

Mas como é formada a memória coletiva? Conforme Halbwachs (2013, p. 51), esta memória se constitui de dois planos: No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele. As relacionadas a um grupo muito pequeno e às vezes a um único de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória (já que, pelo menos em parte, ocorrem em seus limites), passam para o segundo plano.

As recordações, desta maneira, são atraídas pelo reconhecimento e intimidade das relações a partir de uma frequência que converge com o ser sensível. Quanto mais frequente e próximo o evento ou experiência estiver do grupo, mais se aproxima do primeiro plano da memória coletiva.

Normalmente um grupo mantém relações com outros grupos da sociedade. Muitos acontecimentos e muitas ideias resultam de semelhantes contatos (Halbwachs, 2013). Esse diálogo entre indivíduo e grupo, bem como de grupo e outros grupos, é o que consolida a memória. Entretanto, vale salientar que não se pode apegar ao fato de que isso garantirá a lembrança do que se deseja, “[...] Nem sempre encontramos as lembranças que procuramos, porque temos de esperar que as circunstâncias, sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós” (Halbwachs, 2013, p. 53).

As circunstâncias são condições *sine qua non* para o favorecimento da representação de uma memória. Tempo, lugar, objetos ou modos que acompanhem um fato ou acontecimento são elementos circunstanciais para essa representação que permite a construção da memória, mas não garantem.

Halbwachs (2013) alerta que há situações em que mesmo o indivíduo não estando pensando naquilo a lembrança pode reacender, isso porque a construção da memória está mais ligada à percepção das coisas do que da reflexão.

Nunca havíamos pensado naquilo. Contudo, quando essa lembrança reaparece, não é consequência de um conjunto de reflexões, mas de uma aproximação de percepções determinada pela ordem em que se apresentam determinados objetos sensíveis, ordem essa resultante de sua posição no espaço. Diferente de reflexões ou de ideias, as percepções – enquanto percepções – limitam-se a reproduzir os objetos exteriores, não contém nada mais do que esses objetos e não podem nos conduzir a eles (Halbwachs, 2013, p. 54-55).

Quando se volta a um lugar do passado, por exemplo, diante de seus objetos, se reconhece o espaço. Conforme Halbwachs (2013), é o tipo de reconhecimento que Bergson chama de reconhecimento por imagens, que ele distingue muito claramente do que chama de reconhecimento por movimentos. Este reconduziria à sensação de familiaridade que temos quando um objeto visto ou evocado determina em nosso corpo os mesmos movimentos de reação que tivemos quando anteriormente o percebemos. E acrescenta quanto ao reconhecimento por imagens, que ao contrário do reconhecimento por movimentos, é “ligar a imagem (vista ou evocada) de um objeto a outras imagens que formam com elas um conjunto e uma espécie de quadro, é reencontrar as ligações desse objeto com outros que podem ser também pensamentos ou sentimentos” (Halbwachs, 2013, p. 55). Reconhecimento por imagens que a lembrança que “corresponde a um acontecimento distante no tempo, a um momento de nosso passado” (Halbwachs, 2013, p. 55).

Quando se reconhece uma imagem do passado, segundo Halbwachs (2013, p. 55), duas imagens se recobrem: “uma é o quadro que tenho sob os olhos e a outra, o quadro que vi outrora”. É nessa relação que passado e presente convergem, é quando se encontram no mesmo espaço a percepção e a lembrança. Daí se faz necessária a distinção entre percepção e lembrança. A percepção se volta para o mundo das sensações, é a atribuição de significado por meio dos sentidos e da mente, já a lembrança está mais relacionada às imagens vistas num passado que vem à tona.

É bem verdade que em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história (Halbwachs, 2013, p. 57). Dessa forma, Halbwachs (2013) exemplifica como essas imagens e pensamentos se tornam recordação considerando a consciência individual e as questões externas.

Quando dizemos que a recordação de certas lembranças não depende da nossa vontade, é porque nossa vontade não é forte o suficiente. A lembrança está ali, fora de nós, talvez dispersa entre muitos ambientes. Se a reconhecemos quando reaparece inesperadamente, o que reconhecemos são as forças que a fazem reaparecer e com as quais sempre mantivemos contato. A intuição sensível é então recriada, mas nesse meio tempo, considerando apenas a nós e nosso organismo psicofísico, ela deixa de existir (Halbwachs, 2013, p. 59).

Nossas representações são reflexo das coisas. “[...] Um reflexo absolutamente não se explica por um reflexo anterior, mas pela coisa que ele produz naquele mesmo instante” (Halbwachs, 2013, p. 60). Em outras palavras, a memória representada não é o fenômeno, mas uma mescla desse fenômeno passado com as percepções adquiridas no presente.

Seguindo essas perspectivas, é possível fazer uma ponte com o que se conhece por leis naturais. Elas não estão naturalmente nas coisas e sim no pensamento do grupo, ou seja, são construídas a partir da memória coletiva. É o

pensamento do grupo que examina e explica as relações conferindo ao coletivo a possibilidade de se compreender a representação do que é evocado pela memória individual que reflete na representação coletiva relacionada a essas mesmas coisas.

[...] existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior: lógica geográfica, topográfica, física, que não é outra senão a ordem introduzida por nosso grupo em sua representação das coisas do espaço (isso é: a lógica social e as relações que ela determina). [...] É também esta lógica, são essas leis que explicam que as nossas lembranças desenrolam em nosso pensamento a mesma sequência de associações, pois no mesmo momento em que estamos mais em contato material encontramos no referencial do pensamento coletivo os meios de evocar a sequência e seu encadeamento (Halbwachs, 2013, p. 61).

Dessa forma, as recordações de uma série de lembranças relacionadas ao mundo exterior passam a ser explicadas pelas leis da percepção coletiva.

Examinando o conteúdo dessas séries de pensamentos, notamos que os diversos estados que nelas entram não se limitam arbitrariamente. Cada um deles é como um objeto que tem certa unidade e contornos bastante definidos: uma pessoa, um fato, uma ideia, uma sensação, e bem sabemos que se pensamos neles é porque, efetivamente ou na imaginação, atravessamos um ou muitos ambientes sociais em cuja consciência essas representações tiveram e mantiveram (pelo menos por algum tempo) um lugar muito definido, uma realidade muito substancial (Halbwachs, 2013, p. 63).

Sobre essa perspectiva, o autor menciona para exemplificar este fenômeno as situações em que o indivíduo expressa uma ideia como uma convicção pessoal, quando na verdade ele está expressando uma reflexão retirada de outro ambiente, seja um jornal, um livro ou conversa com outras pessoas. Isto acontece porque aquelas informações correspondem tão bem à maneira como o indivíduo lê o mundo que fica difícil admitir de quem partiu senão de si. “Vemos cada ambiente à luz do outro ou outros e ao mesmo tempo à sua própria luz, e temos a impressão de resistir a ele” (Halbwachs, 2013, p. 65).

Os indivíduos estão o tempo todo cercados por forças invisíveis, as quais influenciam suas impressões, posicionamentos, modos de conviver em sociedade e, por que não, suas lembranças.

Objetivamente, dentro da memória coletiva há dois tipos de lembrança: 1) que se pode evocar facilmente: são aquelas apoiadas nos outros indivíduos ou grupo e 2) que não é simples de evocar: são aquelas nossas, particulares, íntimas. Considerando essa tipificação, é importante destacar a presença de duas práticas que tornam essas lembranças mais intensas ou não: a repetição e o contato. Quando o objeto, o fato ou evento se repete, seja na mente ou externamente, a possibilidade de memorização se alarga; quando há contato frequente com eles, o mesmo ocorre.

Em suma, Halbwachs desenvolveu o conceito de memória coletiva em 1925, aplicando estas ideias para entender como o passado é recordado no contexto dos grupos familiares e religiosos, de modo a argumenta que as recordações pessoais se originam sendo influenciadas pela comunidade, a religião, a organização política, a classe social, o parentesco.

Sendo recordar um acto eminentemente individual, durante muito tempo se negligenciou a base social da memória e, só muito recentemente, as ciências sociais têm dedicado uma maior atenção a essa matéria. No entanto, e apesar do manifesto desinteresse por esse tópico ao longo da maior parte do século XX, já desde o século XIX que a memória se havia tornado objeto de investigação científica, ainda que fosse estudada especialmente no âmbito da filosofia (Bergson) ou no âmbito da psicologia (Freud) e em contextos laboratoriais, embora descurando-se a sua base social (Peralta, 2005, p. 5).

E acrescenta que Halbwachs, sob influência da Durkheim, “[...] viria a inaugurar uma conceptualização da memória enquanto fenómeno eminentemente colectivo, introduzindo este conceito no léxico das ciências sociais” (Peralta, 2007, p. 5). Mas, mesmo considerada importante e necessária a teoria de Halbwachs, uma crítica é direcionada a ela: a negligencia a natureza

dialógica e conflitual que precede a memória, conforme argumenta Peralta (2007, p. 6),

[...] toda a dinâmica processual decorrente das disputas ocorridas no palco social pela hegemonia da memória, ou seja, as lutas pela dominação, os conflitos, os interesses antagônicos subjacentes à construção social do passado, está ausente da análise de Halbwachs. Gérard Namer – que em *Mémoire et Société* (1987) irá aprofundar algumas ideias de Halbwachs – mesmo concordando com a ideia de que a memória é constituída dentro do grupo, não deixa de ressaltar a dimensão de negociação e de conflito subjacente a todo o processo de construção mnemónica, substituindo uma ênfase analítica assente na memória como carácter distintivo de grupos localizados, por outra baseada no antagonismo e no carácter relacional da memória.

E é com a finalidade de superar este e outros problemas encontrados na teoria do autor que outros estudiosos lançaram debates acerca do tema. A exemplo disso, pode-se mencionar Fentress e Wickham com seu livro *Memória Social*.

2.2 MEMÓRIA SOCIAL: A LEGITIMAÇÃO EM FENTRESS E WICKHAM

O termo social vem do Latim *socialis*, que se refere àquilo que pertence ou que é relativo à sociedade. E sociedade pode ser entendida como um conjunto de indivíduos que interagem entre si formando uma comunidade cuja cultura é compartilhada. Social, portanto, é um termo empregado no sentido de pertencimento a um tipo de organização ou comportamento no contexto de uma comunidade. Pode-se inferir que o adjetivo social fundamenta a ideia de algo que busca a legitimidade para uma forma de convivência entre os membros de uma sociedade.

Fentress e Wickham (1998), ao analisarem o modo como pesquisadores têm encarado a memória, antes de apresentarem uma definição, afirmam que há um desejo por legitimidade da memória como fonte, uma vez que ela é encarada pelos pesquisadores como um conjunto de documentos e não como ela de fato se apresenta: dentro da cabeça das pessoas. “[...] O desejo de legitimidade também

ajuda a explicar a obsessão pela metodologia que caracteriza muitos deles e muitos dos seus projetos de história oral” (Fentress; Wickham, 1998, p. 14).

Para os autores,

[...] existe um perigo de reificação no entusiasmo de recolher ‘memória’, de reunir os arquivos do testemunho oral, podemos estar calmamente a conferir ao nosso objeto o caráter de coisa sem nunca nos determos a perguntar se tal se justifica. Claro que se pode argumentar que esta reificação é bem-vinda. Pois não é a definição do objeto o primeiro passo de qualquer discurso científico? Tratar objetivamente a memória é portanto necessário para defini-la como objeto. Tudo pode ser verdade; mas toda discussão começa por girar em torno da questão de saber se a memória possui na realidade esse caráter de objeto. Se não o possui, pode ser que o ‘objecto’ das nossas investigações não passe de objeto da nossa própria imaginação (Fentress; Wickham, 1998, p. 14-15).

Com isso, é evidenciada uma preocupação acerca do caráter complexo da memória em se tratando de investigações de cunho científico. Há uma tentativa de considerar a memória como coisa para justificar a argumentação num sentido verdadeiro e válido em detrimento de uma suposta imaginação que constitui naturalmente esta memória. Os autores problematizam o modelo que considera a memória em termos de ‘registro’ e ‘documentos falados’, o que revela a tentativa de reificação.

Tornar a memória registro ou nomeá-la de documento é dar a ela uma legitimidade para que possa ser aceita numa cultura em que a validade é conferida a informações textuais, escritas. Para Fentress e Wickham (1998, p. 16), “[...] ter o conhecimento na cabeça é, no seu aspecto mental, a mesma coisa que tê-lo no bolso”. Esta comparação demonstra que antiga disputa entre lembrança e esquecimento permanece, uma vez que o que há no bolso como coisa não garante a plena lembrança da informação, a menos que o indivíduo opte pela sua consulta.

Todavia, desde que a escrita foi incluída dentro da cultura das sociedades, é ao registro que os indivíduos recorrem para preservar suas informações. Fentress e Wickham (1998) exemplificam:

[...] Descubro, por exemplo, um facto interessante que quero preservar. Que faço com ele? Escrevo-o, meto-o no computador ou telecopio por satélite para alguém do outro lado do globo. Em alternativa, posso decidir simplesmente recordá-lo (Fentress; Wickham, 1998, p. 17).

E, ainda que o ato de recordar não seja considerado eficiente se comparado a alternativas de preservação, é possível se amparar em exercícios de memória e olhares mais amplos acerca desse fenômeno.

[...] A memória, com efeito, penetra em todos os aspectos da nossa vida mental, dos mais abstratos e cognitivos aos mais físicos e inconscientes. A memória está sempre operante em nosso espírito; ler este livro, procurar um amigo, pensar nas notícias, tudo isso é, em parte, exercícios de memória (Fentress; Wickham, 1998, p. 17).

Os autores consideram que a memória pode ser percebida por meio de dois aspectos, a memória objetiva e a memória subjetiva.

[...] Há uma parte objectiva que serve de contentor de factos, a maior parte dos quais podia alojar-se em muitos outros locais. E há uma parte subjectiva, que inclui informações e sentimentos que fazem parte integrante de nós e que, portanto, se situam adequadamente apenas dentro de nós (Fentress; Wickham, 1998, p. 17).

Dessa forma, pode-se considerar a memória como união de dois mundos: aquele em que é possível comunicar para outras pessoas e aquele em que isso não é possível, uma vez que diz respeito às sensações e estas não são fáceis de comunicar. Daí, antes de desconsiderar a memória ou querer forçar um formato de validação, é importante reconhecer quais aspectos cabem dentro de cada necessidade. Ora, se o objetivo é utilizar a memória como fonte, então que seja considerado seu aspecto passível de ser articulado e comunicado.

O que faz a memória 'objectiva' parecer mais objectiva do que a memória dos sentimentos e da experiência pessoal é simplesmente o facto de podermos articular e comunicar por palavras a primeira mais facilmente que a última. A memória 'objectiva' é simplesmente o melhor veículo para transportar informação; é o aspecto da nossa memória mais facilmente acessível aos outros. Essa distinção não tem porém nada a ver com a estrutura da memória, é antes um fato social. Portanto, aquilo que emerge no ponto de articulação não é a parte objectiva da memória, mas o seu aspecto social (Fentress; Wickham, 1998, p. 19).

Os autores mencionam Durkheim quando defendem que as ideias sustentadas coletivamente são “fatos sociais”, que resultam de forças sociais e históricas, para afirmar que também a memória é um fato social. Segundo esse pensamento, os fatos sociais moldam a maneira de agir das pessoas pela influência que eles exercem sobre elas. Conforme Fentress e Wickham (1998, p. 20),

[...] Admite-se que se trata de um tipo especial de facto social, pois a memória só em parte é social. Algumas das nossas recordações parecem na verdade ser mais privadas e pessoais do que outras. No entanto, essa distinção entre memória pessoal e memória social é, na melhor das hipóteses, relativa.

Nesse sentido, os autores alertam que a memória é social ao passo que também não o é, uma vez que há memórias tão pessoais que não poderiam ser capazes de exercer influência socialmente. Mas, para o que é social e pode ser comunicado, é necessário haver meios de reter, sobretudo quando diz respeito a informações que auxiliam no bom funcionamento do espaço em grupo. Os autores consideram que a sociedade contemporânea requer outros meios, uma vez que apenas a memória não dá conta.

[...] o conjunto de informações legais e sociais necessárias para o suave funcionamento de nossa sociedade – leis, contratos, capacidades técnicas e científicas, fórmulas matemáticas, acontecimentos desportivos, regras gramaticais, de etiqueta etc., etc. – é simplesmente demasiado vasto e complexo para se conservar, mesmo colectivamente, apenas de memória. Necessitamos de outros meios (Fentress; Wickham, 1998, p. 22).

E acrescentam que “[...] A forma como um conhecimento social é conservado na memória colectiva é sempre muito diferente da forma como ele aparece, por exemplo, num código (Fentress; Wickham, 1998, p. 23). Essa observação sugere que há uma, ainda que sutil, diferença entre memória coletiva e memória social. É como se a primeira se referisse à memória propriamente dita

e a última considerasse o uso de meios externos para se fazer memória, como produtos de escrita, por exemplo.

Os autores afirmam que antes a escrita era um suporte da memória, mas hodiernamente, a forma textual a substitui. Entretanto, a escrita não deixa de ser suporte de memória. A diferença é que hoje já não se considera tanto a memória para preservar algo que parece importante, tornou-se quase que automático e obrigatório utilizar de recursos externos para preservação.

Diferentemente disso, “[...] as sociedades orais nutrem geralmente maior respeito pela memória viva do que, por via de regra, a nossa” (Fentress; Wickham, 1998, p. 24). Daí se percebem as distintas concepções de memória entre as sociedades pré-letradas e as contemporâneas. Com a escrita, o conhecimento passa a ser potencialmente separado do conhecedor, dando espaço para um alargamento dos caminhos que esse conhecimento poderia alcançar. Tais possibilidades passam a ampliar também capacidades de cópia, armazenamento, compartilhamento e acesso.

Todavia, se tomada a memória como um sistema de armazenamento ou um repositório de conhecimento, ela será considerada passiva, limitada a albergar informação (Fentress; Wickham, 1998). Mas não precisa necessariamente limitar a memória a sua atividade de armazenamento, é possível considerar essa questão, bem como sua capacidade de criar, reinventar e construir.

[...] Mas este não é o único sentido em que pensamos a nossa memória. Quando dizemos ‘lembro-me’, ou ‘estou a tentar lembrar-me’, ou ‘veio-me agora a memória’, estamos a usar a noção de memória num sentido mais activo. É nesse sentido que recordar parece ser uma experiência mental, sujeita, além disso, a um certo grau de controlo consciente. Desse modo, a memória não só não se apresenta como um mero mecanismo que copia informação e a armazena na nossa cabeça, mas também com a experiência de recuperar essa informação e de a combinar de maneira a formar pensamentos novos (Fentress; Wickham, 1998, p. 29).

Mas na prática como é que a memória serve de fonte de conhecimento? Para os autores, essa pergunta poderia ser reformulada, uma vez que parte do princípio de que a memória apenas armazena e desconsidera sua capacidade criativa, para a pergunta: o que é que constitui a experiência da memória?

Os autores criticam o modelo que considera a memória ‘cópia e armazenamento’, uma vez que este não corresponde realmente à experiência da memória. “[...] Tal não implica que a confiança que temos na memória seja indevida. Simplesmente, obriga-nos a ir procurar noutro sítio a fonte desta confiança” (Fentress; Wickham, 1998, p. 39).

Dessa forma, o uso do termo memória social parece que busca validação para a memória. Entretanto, alertam os autores:

Se a memória é validada na e através da prática real, segue-se que, infelizmente essa memória nunca é absolutamente segura. O nosso conhecimento, tanto do passado, quanto do presente, é construído sobre ideias e evocações na mente presente; não pode ser mais fiel do que as ideias e evocações sobre as quais se constrói. A confiança que temos na memória é limitada pela possibilidade de uma nova experiência ou ideias melhores a contradizerem. Tenhamos ou não consciência disso, o que tem valor na memória não é a sua capacidade de providenciar um fundamento inabalável ao conhecimento, mas, simplesmente, a sua capacidade de nos manter à tona da água (Fentress; Wickham, 1998, p. 40).

Essa constatação levanta uma questão preocupante no que diz respeito ao uso da memória, mas ao mesmo tempo evidencia problemas de outras ordens que podem desestruturar algumas crenças da sociedade contemporânea. Ora, se a confiança na memória estiver ligada a uma precisão no que tange às informações, de fato não será possível sua validação, pois é de sua característica natural, a construção que se vale do passado em diálogo com o presente, em processo contínuo. Não se pode exigir que a memória se apresente de forma inabalável, assim como nada pode ser apresentado desse modo, uma vez que as informações

utilizadas como fundamento para a organização da própria sociedade, que se consideram precisas, também são alvo de mudanças e relatividades.

Em princípio, podemos ir olhando a memória social como expressão da experiência colectiva: a memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro. Ao fazê-lo, a memória social faz muitas vezes exigências factuais sobre acontecimentos passados. Por vezes, podemos confrontar estas exigências factuais com fontes documentais; outras, não podemos. Em ambos os casos, porém, a questão de nós considerarmos estas memórias historicamente verdadeiras revela-se muitas vezes menos importante do que a de eles [os grupos] considerarem verdadeiras as suas memórias (Fentress; Wickham, 1998, p. 41-42).

Seguindo essas perspectivas, os autores consideram não haver problema quando a memória não tem como ser confrontada. Apesar de serem exigidos cumprimentos de alguns critérios para tornar a memória uma memória social, confrontando os acontecimentos com documentos por exemplo, a impossibilidade do confronto não deveria ser um problema, pois o que há de válido na memória é o sentimento do grupo a que ela pertence ou é construída.

A memória social é uma fonte de conhecimento. Isso significa que faz mais do que fornecer um conjunto de categorias através do qual, de um modo inconsciente, um grupo habita o seu meio; dá também ao grupo matéria de reflexão consciente. Isso significa que devemos situar os grupos em relação às suas próprias tradições, descobrindo como interpretam os seus próprios 'fantasmas' e como os utilizam para fonte de conhecimento (Fentress; Wickham, 1998, p. 42).

Nesse sentido, parece haver um entendimento sobre as diferenças entre memória social e outras modalidades de memória, ao passo que há uma defesa dos autores para que todas, cada uma a sua maneira, possam ser consideradas independentemente de critérios preestabelecidos para sua legitimação no contexto da comunidade.

Com isso, os autores colocam três categorias associadas à memória: reconhecimento, evocação e articulação. O reconhecimento é o modo de perceber a presença da memória como parte integrante do indivíduo ou grupo; a evocação

é o ato de trazer à tona esta memória; e a articulação é o potencial de comunicação desta memória para outros. E alertam: “[...] A nossa experiência de memória, porém, interfere com a maneira como usamos a memória. Estas distinções influenciam, portanto, o modo como usamos realmente a nossa memória” (Fentress; Wickham, 1998, p. 45).

O trecho supracitado se refere ao fato de que os usos da memória são diversos e, a depender da cultura do grupo, há mais ou menos habilidades desenvolvidas e isso inclui também os processos de reconhecimento, evocação e articulação da memória. Fentress e Wickham (1998, p. 57) exemplificam a complexidade desse fenômeno:

[...] não percebemos as mudanças do rosto que todas as manhãs vemos no mesmo espelho. Mas se confrontados subitamente com uma velha fotografia, podemos ficar surpreendidos ao ver como o processo de mudança operou em nós. As mudanças escapam-nos não apenas por serem, no dia-a-dia, demasiado pequenas para se reparar nelas; é a natureza habitual da ação que esborrata a nossa recordação anterior. Se não houver qualquer associação especial que leve a memória a resistir, descobrimos que somos simplesmente incapazes de nos lembrar de nos termos visto ao espelho há um mês, um ano ou dez anos.

Nesse exemplo, o reconhecimento se dá quando se percebe a mudança nas feições do indivíduo que se olha no espelho, os elementos que constituem esse processo mutativo e suas implicações num contexto mais amplo, na realidade contextual; a evocação é o que faz com que essa percepção de mudança acenda o confronto entre uma fotografia antiga e a imagem refletida no espelho; já a articulação é o que se constrói a partir da percepção e do confronto anteriores, tornando o indivíduo ou grupo capaz de se dar conta e comunicar esse processo a outrem. E é nesse contexto que se percebe a complexidade da memória, se por um lado as memórias são próprias do indivíduo, não devendo haver necessidade de outros meios para confrontar sua veracidade, por outro lado, são esses outros meios que trazem os despertar da memória muitas vezes.

O que é verdade para a memória dos indivíduos também é verdade para a memória social (Fentress; Wickham, 1998), concepção indicativa de uma necessidade de comprovação que, no fim das contas, ultrapassa a específica questão da memória, mas vai ao encontro de anseios filosóficos e existenciais da vida humana: a eterna busca pela verdade.

Em suma, o trabalho dos autores, além de identificar a presença do indivíduo como sendo construtor de suas próprias memórias, considera que a memória, sobretudo a memória social, é um elemento de constatação de um evento ocorrido, sendo válido também o olhar sobre ela na busca por sentido.

2.3 QUADRO COMPARATIVO DO AUTORES E OBRAS SEMINAIS

Os termos ‘memória coletiva’ e ‘memória social’, embora representando conceitos distintos, na literatura, conforme argumentam os autores, são utilizados devido às preferências de escolha entre o uso de uma em detrimento de outra, evidenciada pela não distinção clara nas concepções. Os autores considerados seminais para esta pesquisa não se preocupam em diferenciar os termos, fazem uma opção e, à medida em que o tema é desenvolvido, é possível perceber que ora são colocados como sinônimos, ora um deles é considerado inadequado, sendo esta última interpretação mais evidente quando outros pesquisadores debatem o tema utilizando-se dos estudos dessas obras seminais. Dessa forma, partindo de uma perspectiva analítica acerca dos termos memória coletiva e memória social, busca-se enxergar esta possível distinção.

Inicialmente, ao analisar o uso predominante dos termos pelos autores, aqui considerados seminais – Halbwachs para memória coletiva e Fentress e Wickham para memória social – foi possível perceber um posicionamento político – no sentido amplo do termo – para o uso de um termo e não a de outro, sobretudo se forem considerados os contextos percorridos pelos estudiosos do tema.

Os autores seguem perspectivas distintas fazendo referência ao mesmo fenômeno. Entretanto, faz-se importante observar o lugar de cada um deles, sua formação e vieses de estudos para melhor identificar tais contraposições.

Considera-se interessante contextualizar Halbwachs para entender o motivo que o levou a se interessar pela memória coletiva e conseqüentemente o uso do termo no desenvolvimento de sua teoria.

Maurice Halbwachs nasceu em 1877 na França. Estudou na Escola Normal Superior de Paris, onde foi aluno do filósofo Henri Bergson, uma influência marcante na formação de seu pensamento. Com sociólogo Émile Durkheim, aprofundou seus conhecimentos em Sociologia, tornando-se seu discípulo. Foi professor de Filosofia e Sociologia; estudou Direito, Ciências Sociais e Matemática; doutorou-se em Ciências Políticas e Econômicas e depois em Letras; obteve cátedra na Psicologia Social e, politicamente, associou-se ao Partido Socialista.

Nesse entremeio, vivenciou as duas grandes guerras mundiais, o que fez com que se interessasse pelas questões do evolucionismo natural e social, passagem do mundo rural para o urbano, perda de laços tradicionais e desagregação comunitária de uma forma que pudesse problematizar e compreender as ações e natureza humana. Na Segunda Guerra mundial foi preso, deportado e morto em um campo concentração na Alemanha.

A obra de Halbwachs destaca-se por suas referências no campo da psicologia social, sobretudo nos estudos que findaram na formulação de uma teoria acerca da memória coletiva, a qual coloca o passado e o presente como um vínculo psicossociológico. Em sua obra póstuma, Memória Coletiva, cuja primeira publicação é datada de 1950, o autor considera as questões psicológicas, o “problema” mental da memória e como isso se revela.

Antes de seus estudos, acreditava-se que o indivíduo era o único responsável pelo resgate de seu próprio passado, que os aspectos da memória

eram regidos apenas pelas leis biológicas. Nesse sentido, Halbwachs, no início do século XX, traz uma importante mudança de pensamento sobre o estudo da memória. Para ele, há uma relação íntima entre o indivíduo e o coletivo, ou seja, a presença de um fator social (Miranda, 2019).

Para Halbwachs, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Ou seja, se o ser humano é resultado de interações sociais e as recordações se ancoram em pontos de referências (sons, paisagens etc.), toda memória (individual ou coletiva) se insere no mesmo espaço que o das lembranças compartilhadas. Além disso, essas memórias que haviam sido arquivadas pelos recursos mentais se materializam através da linguagem para serem comunicadas, o que é também uma construção social (Miranda, 2019).

No livro “Os quadros sociais da memória”⁴, publicado antes de “A memória coletiva”, Halbwachs (1925) afirma que a realidade é construída a partir de três quadros fundamentais: espaço, tempo e linguagem. Para ele, os quadros sociais⁵ são muito mais que pontos de referência para as lembranças, eles são a própria condição da vida em sociedade, consistindo nas categorias de entendimento que enquadram toda a experiência humana: a linguagem, o tempo e o espaço (Graeff; Graebin, 2018). Halbwachs sugere que, no processo de recordação, a lembrança é organizada e sustentada por grupos de pertencimento, a linguagem seria, em termos práticos, o conjunto dos nomes, parentescos, doutrinas, ideologias; o tempo e o espaço seriam os eventos, as comemorações, os ritos.

A reconstrução da realidade por meio dos quadros sociais da memória, portanto, se inscreve no presente. Essa é uma das teses fortes de Halbwachs, que implica em desfazer a ideia de memória como um fundo de imagens passadas que são revividas em momentos de devaneio ou de

⁴ Les Cadres Sociaux de la Mémoire não dispõem de uma tradução em português. No caso de La Mémoire Collective, temos duas traduções: uma de Laurent Léon Schaffter (1990), pela Editora Vértice, e outra de Beatriz Sidou (2006), pela Editora Centauro (Graeff; Graebin, 2018, p. 56).

⁵ Sistema de valores que unificam determinados grupos – familiares, religiosos, de classe (Gondar, 2005). seria, em termos práticos, o conjunto dos nomes, parentescos, doutrinas, ideologias; o tempo e o espaço seriam os eventos, as comemorações, os ritos.

busca intencional de informações. Há imagens do passado que vem ao espírito, reconhece Halbwachs, mas elas não são a substância da memória coletiva ou da memória individual. A memória organiza-se por meio de toda a realidade: das relações com os outros, com as coisas, com os marcos temporais, com os movimentos e com as palavras e sons. As imagens do passado se conformam a essas dimensões da realidade; elas são enquadradas socialmente pelo espaço, pelo tempo e pela linguagem (Graeff; Graebin, 2018, p. 62).

Em termos concretos, a memória coletiva seria aquela lembrança vivida por um indivíduo ou repassada para ele que diz respeito a um grupo ou comunidade cujas informações mais relevantes vão sendo repassadas e responsáveis pela construção da história oral deste lugar. E, mais importante do que isso, para que esse evento se torne memória, é preciso que outros estejam presentes, seja fisicamente no acontecimento, seja contribuindo com outros elementos que façam o evento vir à tona.

Inaugurando uma “sociologia da memória”, Halbwachs introduziu uma questão importante e inovadora ao apresentar a memória como fenômeno construído coletivamente. Diferentemente de Bergson, que atribuiu a materialidade da memória ao corpo, o sociólogo observou que a materialidade da memória está na sociedade. Ou seja, o sentido de materialidade ultrapassa os limites da concretude, dando espaço para as relações inerentes as ações sociais, as quais não necessariamente são palpáveis, mas simbólicas (Maciel, 2011).

Nessa concepção, a memória é uma construção social e emocional que parte de lembranças. Uma vez que, conforme Halbwachs (2013, p. 30), nunca se está só, pois “sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem”, o indivíduo compartilha das experiências, impressões e lembranças dos outros. Contudo, é necessário procurar um ponto de contato para que as lembranças se constituam a partir de uma base comum. A descontinuidade leva ao esquecimento, durando a memória enquanto o grupo existir, uma vez que toda lógica de percepção ou compreensão é dada pela lógica do grupo (Maciel, 2011).

Dessa forma, a memória coletiva é plural, são muitas, existindo tantas memórias quantos grupos existirem. Ela é o somatório das memórias individuais a partir de uma espécie de identidade coletiva (Maciel, 2011).

E assim como foi necessário buscar sobre a história e pensamento do autor de Memória Coletiva, também se considerou importante conhecer um pouco mais de Fentress e Wickham, autores do livro “Memória Social”. A obra, publicada em 1992, é produto de uma colaboração entre esses dois autores, cujas ideias convergem, embora resultem de escolas, estilos e interesses literários diferentes.

Poucas informações foram encontradas sobre James Fentress, o que se sabe é que nasceu nos Estados Unidos, estudou Filosofia em Princeton e doutorou-se em Antropologia na *University of Oxford*.

Christopher John Wickham é historiador e acadêmico britânico. Foi professor na Universidade de Birmingham, depois foi nomeado Professor Chichele de História Medieval na Universidade de Oxford, atuando como presidente da Faculdade de História e Chefe da Divisão de Humanidades. Ele se aposentou no final do ano letivo de 2015/2016, em linha com a política de aposentadoria compulsória de Oxford. Após a aposentadoria, Wickham foi nomeado professor de história medieval e nomeado Diretor da Escola Britânica em Roma até o momento atual.

Wickham adotou uma linha marxista para analisar as mudanças da sociedade europeia do final da Antiguidade ao início da Idade Média, tendo o pioneirismo da análise socioeconômica comparativa no período. Astarita (2007) refere-se a Chris Wickham para a compreensão do conceito de sociedades com base no modo de produção campestre. Nesta obra⁶, Wickham analisa uma amostra arqueológica sobre comunidades independentes.

⁶ Ver Wickham, C. **Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800**. USA: Oxford University Press, 2005.

Fentress e Wickham indicam na obra de Halbwachs uma tendência a conceder um valor “excessivo à natureza coletiva da consciência social e um relativo desprezo à questão do relacionamento entre consciência individual e a das coletividades que esses indivíduos coletivamente construíram” (Fentress; Wickham, 1992, p. 8). Para os autores, é o indivíduo que recorda. No entanto, os processos de rememoração e lembrança são influenciados pelo contexto social em que o indivíduo está inserido.

Para se distanciar da visão durkheimiana da predominância do coletivo sobre o individual, Fentress e Wickham propõem a utilização do termo ‘memória social’ [...] Segundo eles, a concepção de memória coletiva coloca o indivíduo numa condição de ‘autômato’, cuja memória individual seria apenas o produto de uma intercessão de identidades de grupos (Nobre, 2009, p. 41).

Seguindo estas perspectivas, ambos os conceitos apresentam diálogo com os aspectos sociais. Halbwachs (2013, p. 9) “demonstra que é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomamos para ponto de aplicação os quadros reais que servem de pontos de referência nesta construção que chamamos de memória”. Fica evidente que a representação de memória coletiva para ele é uma contraposição à ideia de memória individual, que a experiência individual acontece em diálogo com as referências coletivas do sujeito.

Nobre (2009, p. 40) ao se referir a Halbwachs afirma que:

[...] Uma vez estabelecido que toda memória é uma reconstrução parcial e seletiva do passado, cujos pontos de referência só podem ser fornecidos pela sociedade, ele [Halbwachs] se interessa menos pelo funcionamento da memória do que pelas suas funções sociais em diferentes meios de enquadramento psíquico: a família, as classes, as comunidades religiosas, os grupos profissionais.

Halbwachs destaca a importância da memória como fator de coesão dos grupos, uma vez que, para ele, nossas lembranças permanecem coletivas ainda que os acontecimentos tenham sido envolvidos e os objetos vistos apenas pelo

indivíduo (nós) porque não é necessária a presença material para que outras pessoas e referências de outras pessoas estejam presentes (Nobre, 2009).

Entende-se, conseqüentemente, que a memória social se refere às memórias elaboradas e processadas pelos atores sociais, dando sentido a comunidade e construção de identidades sociais. A ideia de memória coletiva deveria passar a ser chamada de memória social porque ela vem acentuando o caráter uniformizador da memória, aquela que a torna oficial, ou seja, resultado de disputas de poder.

Vale destacar que a expressão “memória social” já havia sido utilizada por Halbwachs em seu livro “A memória coletiva”, todavia, o autor recorre também à expressão memória social para desenvolver sua teoria a respeito do tema. Já Fentress e Wickham preferem usar a expressão “memória social” em vez de “memória coletiva” a despeito da segunda expressão ser mais fácil de reconhecer pois esta memória não é apenas resultado de uma interseção de identidades de grupo em que o indivíduo se encontra na condição de ‘autômato’, ou seja, sem capacidade de ser um agente ativo no contexto (Nobre, 2009).

Essa variação de nomenclatura conceitual, em relação a Halbwachs, não é fora de propósito (Masseroni, 2020). Fentress e Wickham também estão interessados em “retóricas holísticas”, como diria o antropólogo francês Joël Candau⁷, uma vez que os autores especulam sobre as formas de lembrar dos camponeses, operários e mulheres, o afastamento se deve, porém, ao fato de que consideram que o conceito de memória coletiva estava desligado dos reais processos de rememoração individuais (Masseroni, 2020).

⁷ Candau (2019, p. 29) entende por retóricas holistas “o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como outra coisa que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. Designamos assim um reagrupamento de indivíduos (a comunidade, a sociedade, o povo), bem como representações, crenças, recordações (ideologia X ou Y, a religião popular, a consciência ou a memória coletiva) ou ainda elementos reais ou imaginários (identidade étnica, identidade cultural)”.

No primeiro capítulo do livro *Memória Social*, em que Fentress e Wickham (1992) discorrem sobre as formas de rememoração dos indivíduos, há a distinção entre memória sensorial e memória semântica, no qual a primeira se refere aos sentidos (recordações de aromas, gostos, texturas, sons e imagens) e a segunda diz respeito à linguagem (estruturação e guarda de conceitos), sendo esta última mais complexa que a anterior. Nisso, os autores sugerem que Halbwachs desconsidera esses aspectos na sua teoria quando evidencia apenas a influência dos grupos.

Outra questão que leva Fentress e Wickham a optarem pela expressão memória social é superar as críticas a respeito do caráter fragilizado da memória frente aos estudos científicos. Os autores, em seu trabalho, buscam uma forma de tornar a memória legítima para os estudos e formação dos discursos oficiais. Uma vez que os autores questionam a validade da memória diante de uma recordação que pode se confundir com fantasia, a partir da perspectiva de que não há uma linearidade no que é trazido pela memória e é comum a inserção de elementos para preencher lacunas geradas pelo esquecimento, concluem que esta se valida mediante a própria experiência do indivíduo no presente, pois uma das características fundamentais da memória é o fato de que ela é construída por meio da percepção do presente, não podendo ser gerada de outra forma.

Há uma base sólida para pensar que as estratégias de memória, tanto conscientes quanto inconscientes, são amplamente condicionadas por nossa cultura. É por isso que as distinções estabelecidas e altamente aceitas entre o semântico e o sensorial (para citar apenas um dos muitos binômios existentes) não são oposições naturais, como repetidamente argumentado no livro [*Memória social*], mas correspondem a desenvolvimentos graduais dentro da sociedade. Esta natureza profundamente social da memória, não só na sua dimensão coletiva, mas também no seu impacto no indivíduo, traz consigo uma implicação fundamental: a memória pressupõe sempre um elevado grau de interpretação. Para que as memórias sobrevivam e não caiam no esquecimento, a memória tem que responder a uma demanda que a remodela constantemente. O mérito do livro de Fentress e Wickham é

esclarecer e enfatizar o processo de "reestruturação ativa" presente em cada ato de lembrar (Maeding, 2003, p. 213, tradução livre).

Candau (2019) desfere uma crítica bastante ácida às utilizações “pouco científicas” do conceito de memória coletiva (Halbwachs, 2013) e, em menor medida ao de memória social (Fentress; Wickham, 1992). No seu entender é possível a realização de pesquisas sobre a memória coletiva, mas somente em comunidades pequenas o bastante onde o pesquisador consiga uma amostragem significativa sobre as memórias, e como são significadas pelos seus interesses, de outra maneira não se poderia afirmar qualquer coisa sobre a memória coletiva. Para o autor,

[...] a metáfora a ‘memória coletiva’ aplicada a um determinado grupo seria totalmente pertinente se todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar integralmente um número determinado de representações relativas ao passado que lhes teriam sido previamente comunicadas de acordo com as modalidades variáveis, mas socialmente determinadas e culturalmente regradas (Candau, 2019, p. 31).

Peralta (2007, p. 7), quando analisa aspectos da obra de Fentress e Wickham, especialmente a crítica ao “determinismo coletivo na linha da escola durkheimiana”, razão pela qual adotam o termo “memória social”, afirma que esta se relaciona ao processo de legitimação dos poderes que pressupõem negociações e conflitos, e enfatiza: “[...] a construção da memória é um processo negociado entre diversos actores sociais e a sua natureza é eminentemente conflitual e em constante transformação” (Peralta, 2007, p. 10).

Acrescenta que a memória social é concebida como “um espaço de contestação entre diferentes vozes, cada uma delas procurando fazer ouvir a sua versão do passado” (Peralta, 2007, p. 14). E resume o pensamento:

[...] a memória social não pode ser encarada apenas como sendo determinada, regida e coercitivamente imposta por uma constelação de poderes que emana uma versão monolítica do passado. É certo que a construção social do passado encerra, sempre, relações de poder e de dominação, mas deve-se ter em conta a pluralidade de actores e de forças

que contribuem para esta construção. A Pós-modernidade veio evidenciar que os indivíduos podem pertencer a uma multiplicidade de grupos e de identidades e que, portanto, as suas memórias são construídas de forma dinâmica, conflitual, selectiva e dialógica, não se limitando à modelação imposta por um grupo exclusivo (Peralta, 2007, p. 15).

Ao falar de memória social, Gondar (2005) utiliza o documento como exemplo, alegando que ele é resultado de uma montagem da sociedade que o produziu e das sociedades que o deixaram sobreviver até onde ele consiga chegar. Dito de outra forma, essa montagem é intencional e isso não significa dizer que por traz dela exista uma inverdade, mas sim uma perspectiva. A memória, portanto, é resultado de disputas entre quem conserva, escolhe e interroga.

Isso corrobora as ideias de Huyssen (1995), para quem “o passado não é o mesmo que a memória, mas antes tem de ser articulado para ser memória”. Dito de outra forma, o passado, que é evocado pelo presente, não é o mesmo que aquele constituído pelos eventos decorridos num tempo pretérito. É, antes, uma interpretação “criativa e plástica” que permite preencher a distância que medeia a experiência e a recordação, convertendo o passado em memória (Peralta, 2007).

Portanto, a memória é resultado da construção a partir de conflitos entre as informações contidas pelos indivíduos e as forças presentes no meio em que está inserida. Isso significa dizer que a memória é dinâmica e está em constante mutação, não se limitando a uma só versão. E é nesse contexto que emergem diversos termos para se visualizar a ideia de memória através de recortes, dos quais se destacam a memória coletiva e a memória social, sendo a primeira uma ênfase na influência que o outro ou o meio tem sobre essa memória e a segunda um destaque para a sua importância enquanto fonte de informação, devendo ser considerado legítimo o uso da memória nos diversos espaços (acadêmicos, institucionais, entre outros).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao identificar a memória como um ponto de referência que carrega consigo múltiplos entendimentos e contextualizações, este trabalho objetivou analisar os conceitos de memória coletiva e memória social a partir das concepções de Maurice Halbwachs, James Fentress e Chris Wickham como autores seminais do campo, numa tentativa de consolidar um entendimento de memória para a Ciência da Informação.

Nesse contexto, foram explorados e descritos os conceitos de memória debatidos pelos autores seminais que demonstraram a diferença entre ambos ao evidenciarem as especificidades de cada um dos conceitos. Inicialmente suas perceptivas se distinguem por serem uma de origem francesa e outra anglófona, representadas por Halbwachs francês, Fentress estadunidense e Wickham britânico.

Para o sociólogo francês, a memória teria seu caráter coletivo pelo fato de que os indivíduos se lembram daquilo que o grupo do qual fazem parte lembra. Assim, ele a denomina de memória coletiva, entendendo-a a partir da relação de determinado grupo, inserido num contexto em que se destacam as lembranças presentes em eventos comuns à maioria dos membros do grupo. Já aquilo que se vivencia sozinho, ou afastado do grupo, tende ao esquecimento.

Em contrapartida, a concepção de Fentress e Wickham dá ênfase ao próprio indivíduo como construtor de suas memórias, uma vez que suas sensações são individuais, sendo a memória social uma expressão que reivindica não a memória de um grupo, mas a relevância dessa memória como fonte, como uma forma de legitimação.

Fica evidente, como mencionado ao longo deste trabalho, que uma das maiores críticas de Fentress e Wickham em relação à teoria de Halbwachs é o fato de o sociólogo desconsiderar o caráter político da memória. Ora, se a memória é

múltipla e dinâmica, ela é resultado de processos de poder em que uma ideia se sobrepõe a outra até que uma delas seja legitimada pelo grupo, pelas leis ou pelos documentos. Por conta disso, considera-se que memória coletiva e memória social são conceitos distintos por se tratar de perspectivas orientadas conforme objetivos distintos. Memória coletiva é encontro de uma mesma ideia com sentido para mais de um sujeito e memória social é legitimação de uma ou mais ideias para representar o grupo.

REFERÊNCIAS

- ASTARITA, Carlos. Conflictos y estructura social en el norte hispánico medieval: cuestiones de método y teoría. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 21, p. 51-76, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23425>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Cultura, identidade e cultura material: a visão arqueológica. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, n.28, p. 265-275, 2005.
- CANDAU, Joel. Memória e identidade. **São Paulo: Contexto, 2019**.
- DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Social memory: new perspectives on the past**. Cambridge, MA: Blackwell Publisher, 1998.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. *In*: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. (orgs.). **O Que É Memória social**. Rio de Janeiro: Unirio, 2005.
- GRAEFF, Lucas; GRAEBIN, C. M. G. Maurice Halbwachs: dos quadros sociais à memória coletiva. *In*: BERND, Zilá; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. (orgs.). **Memória Social: revisitando autores e conceitos**. Canoas, RS: Unilasalle, 2018, p. 55-70.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Edição eletrônica realizada por Jean-Marie Tremblay a partir da primeira edição de 1925 (Paris: Librairie Félix Alcan). Disponível em:

http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/cadres_soc_memoire/cadres_soc_memoire.html. Acesso em: 17 nov. 2022.

HUYSEN, Andreas. **Twilight memories: marking time in a culture of amnesia**. Nova Iork: Routledge, 1995.

MACIEL, Fábio Osmar de Oliveira. Memória social, memória coletiva e história: um mapeamento da questão. **Dia-logos**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 102-113, out. 2011.

MAEDING, Linda. Resenha do livro Memória social, de Fentress e Wickham. *In: Devenires IX*, 17, 2008.


MASSERONI, Vinicius de Oliveira. **Vozes da revolução: historiografia e memórias dos militantes da luta armada brasileira (1968-1974)**. Universidade de Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2020. Disponível em:
http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9554/Vinicius%20de%20Oliveira%20Masseroni_.pdf?sequence=1. Acesso em: 17 nov. 2022.

MIRANDA, Lucas Mascarenhas de. Memória individual e coletiva. **Jornal da UNICAMP**, 2019. Disponível em:
<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/05/27/memoria-individual-e-coletiva>. Acesso em: 06 abr. 2023.

NOBRE, Adolfo Samyn. Capítulo 1 - Memória e Identidade: correlações e interferências. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 33, n. 33, p. 39-47, 2009. Disponível Em:
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/54>. Acesso em: 13 mar. 2023.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na ciência da informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, V.7, N. 1, 2011. Disponível em: <Http://Www.Ibict.Br/Liinc>. Acesso em: 01 jul. 2023.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: Uma resenha crítica. **Arquivos da memória**: Antropologia, escala e memória, Lisboa, n. 2, p. 4-23, 2007.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



 tpbci@ancib.org

 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)

 [@ancib_brasil](https://twitter.com/ancib_brasil)